



6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e vinte e cinco, às nove horas, foi iniciada a 6ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), realizada na Casa dos Conselhos, conforme lista de presença anexa. A mesa diretora foi composta pelo Sr. Robson André (Presidente) e a Sra. Íris Rodrigues (Vice-Presidente) que deram as boas-vindas aos presentes e agradeceram a participação de todos. O presidente perguntou aos conselheiros sobre aprovação da ata da reunião anterior, bem como a respectiva prestação de contas do mês de maio, previamente enviadas a todos os membros. Não havendo manifestações contrárias, ambas foram aprovadas por unanimidade. Em seguida, foi apresentada a nova estagiária do CMDCA, a Sra. Mariana Dias, que auxiliará nas demandas administrativas juntamente com a Sra. Daniele. Dando prosseguimento a próxima pauta, foram tratados os informes do Comitê de Gestão Colegiada da Rede de Cuidado e Proteção Social de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência. O presidente Robson passou a palavra a Sra. Daniele e a Sra. Íris Rodrigues para manifestarem sobre as atualizações da última reunião. Apesar de não estar presente na última reunião, a Sra. Daniele teve conhecimento da ata e compartilhou informações sobre o entendimento. Foi discutido que as instituições atualmente encaminham, de forma autônoma, os casos de violência para os órgãos competentes. Houve intenso debate sobre o fluxo de encaminhamentos, se este deveria ser iniciado por algum órgão específico ou seguir diretamente como tem acontecido. Existe a previsão que o delegado Dr. Cirilo apresentará na próxima reunião uma proposta de fluxo específico para os atendimentos que envolvem crianças e adolescentes vítimas de violência. A Sra. Fabiana pontuou que apesar de benéfico as discussões, em sua percepção não temos avançado, falta concretização das tratativas. O Sr. Robson questionou se houve alguma deliberação formal, ao que Sra. Daniele esclareceu que existe um fluxo em construção, já compartilhado com os membros para contribuições. Após as devolutivas, será feita uma reunião com a capacitadora Sra. Mônica, que orientará o fechamento final do fluxo. A Sra. Daniele ressaltou que o delegado Dr. Cirilo entende que não pode ouvir diretamente as crianças e adolescentes na delegacia, preferindo que outras instituições realizem a escuta especializada e encaminhem o relatório de denúncia. A Sra. Núbia reforçou essa posição, informando que o delegado solicita a "notícia de fato" completa. A Sra. Daniele destacou que inclusive o Delegado em umas reuniões do Comitê elogiou o trabalho do Conselho Tutelar. A Sra. Nubia relatou uma situação recente na qual o Conselho Tutelar tentou registrar um boletim de ocorrência próximo ao fim do expediente da delegacia, mas o delegado preferiu a formalização via notícia de fato. A Sra. Daniele mencionou que tem percebido através de relatos de profissionais da rede que essa negativa tem sido recorrente e que há divergência de interpretações, apesar de os técnicos explicarem que a Lei da Escuta Especializada não isenta a delegacia de registrar ocorrências. Em uma das reuniões do Comitê a Sra. Francis pontuou que é favorável à notícia de fato, por entender que essa modalidade acelera o afastamento do suposto agressor. A divergência entre as instituições, segundo Sra. Daniele, se deve ao fato de que o fluxo ainda está em construção, e que interpretações distintas são esperadas nesse momento. Alguns membros presentes pontuaram sobre o assunto, sem consenso, a tratativa deverá ser retomada na próxima reunião do Comitê. A pauta em sequência é sobre a Comissão interdisciplinar que deverá elaborar o plano decenal municipal de medidas socioeducativas. A Sra. Daniele ressaltou que o Sr. Tadeu apresentou anteriormente uma plataforma de georreferenciamento que permite identificar, por mapa, os serviços do município, o que poderá subsidiar e contribuir com a construção do plano



municipal socioeducativo. Foi destacado que o plano inicial não avançou por ter sido elaborado exclusivamente pela Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, e que a construção deve ser intersetorial. A nova proposta utilizará o plano construído em 2021 como base, e a Comissão realizará as devidas alterações e ajustes. Outra informação relevante foi sobre a oferta de transporte pela Secretaria de Assistência para as famílias de adolescentes internados nas Fundações Casa. Tal medida visa garantir o vínculo familiar, evitando o rompimento de laços afetivos durante o cumprimento das medidas socioeducativas, apesar de não constar em dotação orçamentária específica para as despesas, será fundamental posteriormente a regulamentação a fim de que se torne uma política pública. A Sra. Daniele reforçou o convite para que todos os presentes participem das reuniões do comitê e da Comissão. A Sra. Íris ressaltou a importância dos encontros, mesmo para os profissionais mais experientes da rede. O Sr. Sérgio trouxe à discussão a Lei 13.431/2017, destacando que a oitiva de crianças e adolescentes na delegacia exige ambiente e profissionais especializados. Houve debate sobre a ausência de tais profissionais na delegacia de Cruzeiro, apesar da existência de uma sala apropriada. A Sra. Daniele informou que a sala foi criada para atendimento a mulheres vítimas de violência, e em reuniões anteriores do Comitê já foi abordado o assunto dessa sala, porém ela não se recorda se houve conclusão do assunto. Na sequência da pauta, foi apresentado o relatório do Conselho Tutelar referente ao mês de maio, mês em que ocorre a campanha Maio Laranja. A conselheira relatou aumento significativo de denúncias de abuso sexual. Destacou também, dificuldades na resposta de ofícios por parte do CRAS Leste, o que em sua percepção é compreensível, dado o volume de demanda naquela unidade. Foi informado que haverá mudança na coordenação do Conselho Tutelar a partir de julho, assumindo o Sr. Gustavo. A Sra. Daniele questionou sobre o regimento interno do Conselho Tutelar, que, embora elaborado pelo órgão, não passou por apreciação do CMDCA, conforme rege a Resolução do Conanda, o que compromete sua formalização. Também foi abordada a questão dos horários de plantão e da dedicação exclusiva, que ainda geram conflitos internos entre os Conselheiros Tutelares. Foi relatado um grave incidente ocorrido no final de maio, envolvendo ameaças no acolhimento institucional, incluindo ameaça indireta a uma conselheira tutelar. Os Conselheiros Tutelares solicitaram reforço na segurança do órgão, e recentemente foi disponibilizado um guarda municipal, as câmeras de segurança ainda não foram instaladas. A escassez de equipamentos e materiais foram destacados, e a Sra. Daniele solicitou o envio de ofício relatando todos os fatos para formalizar a cobrança junto à Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. A Sra. Núbia expôs que durante uma participação em uma capacitação em outro município, teve o conhecimento que para contribuir com a segurança do acolhimento institucional e demais órgãos de atendimento à criança e adolescente foi criado patrulhamento realizado por guardas municipais, inclusive com a identificação do carro. A Sra. Núbia relatou que o telefone de plantão do Conselho Tutelar foi roubado e, apesar de solicitações anteriores, ainda não foi substituído. A próxima pauta foi à renovação do certificado das instituições, foi informado que a comissão já analisou os documentos e realizou as visitas técnicas. Algumas pendências foram observadas, mas todas as instituições que entregaram a documentação foram visitadas. Foi relatada a necessidade de revisão da resolução para o próximo ano, a fim de tornar o processo mais claro. A comissão observou, por exemplo, que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cruzeiro- APAE enfrenta limitações estruturais para acessibilidade, mas realiza acompanhamento individualizado, sem comprometimento com o atendimento. A Associação Braços Abertos- ABA, por sua vez, enfrenta problemas estruturais no prédio devido à instabilidade do solo. Outras instituições visitadas, como o Instituto Som do Coração demonstrou avanços na estrutura física e nas ofertas de oficinas. O Instituto Palpare teve como ponto positivo o horário das ofertas das oficinas, essas ocorrem no período noturno, favorece os adolescentes que estudam em período integral. Atualmente o abrigo funciona em dois



locais. A Casa Lar recentemente foi pauta de discussões sobre rotatividade de profissionais, sobrecarga emocional dos colaboradores. Durante a visita tivemos como devolutiva a falta de psicólogos para atendimento dos acolhidos, inclusive alguns solicitações só foram atendidas mediante encaminhamento ao Ministério Público. Diante dos relatos, a sugestão é que os órgãos e instituições façam envio formal para o CMDCA constando essa demanda não atendida pela Saúde. Foi debatida também a importância do lazer para os acolhidos, destacando a ausência de previsão orçamentária para essas atividades. Sugestões foram feitas para readequações dos planos de atividades para contemplar esses momentos. A Sra. Tamires secretária administrativa da Casa Lar, justificou que não existe previsão legal de gastos sem nota fiscal e exemplos como compra de pipoca, sorvete entre outras coisas durante os passeios não é possível, eles sempre contam com a generosidade dos colaboradores em contribuir com a compra desses itens. Em relação à Guarda Mirim, foi pontuado que a filial de Cruzeiro utiliza o CNPJ da matriz de Guaratinguetá, o que impacta na análise documental, sendo sugerido um apontamento para adequações. Também foi observado que muitas instituições entregaram o plano de parcerias envolvendo recursos, mas não o plano de atividades conforme o modelo do CMDCA, gerando dificuldades na análise. Todas as instituições tiveram seus devidos pareceres, porém não será possível citar todos nesse momento. Mesmo assim, diante do esforço apresentado pelas instituições e da entrega da documentação básica, foi deliberada a aprovação das renovações, com recomendações de adequações para o próximo ano. Devido ao avançado da hora e à saída de alguns membros, foi acordado que a pauta referente ao “projeto de prevenção” à saúde mental será tratada na próxima reunião. O Sr. Robson informa sobre o workshop que foi feito com a participação do Sr. Fernando da Receita Federal durante o evento promovido pela Secretaria Municipal da Fazenda. Ele também destaca o apoio da empresa Iochpe-Maxion à divulgação do Fundo Municipal durante a campanha de declaração de imposto de renda, sendo solicitado à secretária Sra. Daniele a elaboração de ofício de agradecimento para a empresa. Não havendo mais nada a ser tratado, deu-se por encerrada a reunião.



Robson André Silva
Presidente do CMDCA



Daniele E. Nunes Ferreira
Secretária do CMDCA

Publique; registre-se e archive-se em atendimento ao princípio da publicidade dos atos administrativos e em observância aos preceitos contidos na Lei Orgânica Municipal. Em 26/06/2025.